

ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO DE UMA “CONDUÇÃO COERCITIVA”: DESLIZAMENTOS, OPACIDADES, DEFORMAÇÕES¹

Rafael de Souza Bento Fernandes²
Maria de Fátima Pereira de Sena³

RESUMO

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, conforme determinação do juiz Sérgio Moro, respondeu a um processo de condução coercitiva para prestação de depoimentos à “operação Lava a Jato”, em São Paulo, no dia 04/03/2016. Logo após, concedeu uma entrevista coletiva na sede do Partido dos Trabalhadores (PT) em que classificou o episódio como “lamentável” e “desnecessário”. No encerramento dessa entrevista afirmou: *“Se quiseram (sic) matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. E a jararaca tá viva, como sempre esteve”*. A declaração foi capa da revista Veja, número 2469 (03/2016), que denominou a edição de “Desespero da Jararaca”, ilustrada por uma fotografia do ex-presidente Lula transfigurado como a criatura mitológica grega Górgona (Medusa). No presente estudo, investigam-se, sob a perspectiva da análise do discurso de orientação francesa, os processos de deslize de sentido que esse enunciado provoca, sob duas formações discursivas dicotômicas (antigovernista e governista). Delineia-se a hipótese de leitura segundo a qual as condições de produção de instabilidade político-econômica do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (2015-2016), que culminou no processo de impeachment, promovem uma polarização política que torna evidente, em um caso, que o governo até então vigente do partido dos trabalhadores (PT) é prejudicial ao Brasil e, no outro, que o governo de Rousseff é vítima de maquinações de “golpistas”. Esses deslizamentos e deformações do espetáculo político-midiático belicoso “desopacizam” a história, concebendo-a como cisão entre heróis e monstros.

PALAVRAS-CHAVE

Acontecimento Discursivo, Deslizamento de Sentidos, Mídia, Política.

¹ Esse artigo foi desenvolvido como parte das atividades avaliativas da disciplina “Discurso, Mídia e Política”, sob orientação da Profa. Dra. Maria Célia Passetti.

² Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Bolsista da CAPES pelo programa de doutorado sanduíche edital PDSE/2016. E-mail: rafaelsbfernandes@hotmail.com.

³ Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: fasena13@hotmail.com.

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.
(PÊCHEUX, 2008, p.29).

1 TRAGÉDIA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Em um estudo denominado “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”, Michel Pêcheux (1990) investigou a relação dos discursos revolucionários com o “irrealizado”, o “inexistente” e o “impossível” (aquilo que não existe e que se quer fazer existir) em três momentos de profunda ruptura na “ordem da normalidade”: a) a “Revolução Francesa”; b) as “Revoluções Socialistas” do século XIX e c) as “Revoluções do século XX” (derivadas da “Revolução Russa”, de 1917).

A primeira via para a compreensão do fenômeno é considerar que há uma repreensão ou abafamento que, uma hora ou outra, fará “explodir” a peça social. Tomar como parâmetro um estado determinado de prefiguração implicaria, contudo, em reconhecer que cada grupo teria uma ideologia homogênea, fechada em si, e que a dominação se exerceria apenas internamente. Ao contrário dessa perspectiva, Pêcheux (1990) afirma que a ideologia do dominado se desenvolve *contra* a ideologia dominante – neste mundo e não em outro – por processos de interpelação de indivíduos em sujeitos, quais sejam os movimentos: *identificação* (quando há interpelação plena), *contra-identificação* (quando, apesar de haver interpelação ideológica, questionam-se efeitos de verdade) ou *desidentificação* (quando já não há interpelação da ideologia, mas a recusa desta e a consequente interpelação por outra).

Os rituais e as práticas não ocorrem sem falha e, portanto, nelas está a irrupção do irrealizado, que se traduz em termos de resistência e de revolta. A ruptura com a língua é a “despedida do sentido” e a revelação do irrealizado produz sentido sobre o “sem sentido”. Pelo acúmulo de saltos, uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo com a repetição (pela inversão e pelo deslocamento). A resistência consiste justamente desses movimentos: compreender “errado” um ritual, não escutar as ordens, não repetir as litanias, tomar as palavras ao pé da letra, falar quando se exige silêncio.

Nos interstícios de rituais que se quebram (como teorizou Pêcheux, “Só há causa daquilo que falha”) e que, por isso, promovem uma (des)ordem contínua do sistema de (re)produção e manutenção das relações sociais, pergunta-se: como se dão os deslizamentos, as opacidades e as deformações que afetam discursos de/sobre a política brasileira contemporânea no período do segundo mandato da presidente⁴ Dilma Rousseff (2015-2016), que culminou no processo de impeachment?

Trata-se de um contexto sócio histórico “trágico” que caminha para uma polarização ideológica, segundo uma possibilidade de leitura, cujas peripécias se “desvelam” pouco a pouco por veículos midiáticos que, sob pretensão da “verdade transparente”, “transmitem” notícias “em tempo real” sobre, por exemplo, “panelaços”, denúncias de corrupção ativa do presidente da câmara dos deputados, aquisição suspeita de refinaria nos Estados Unidos, carta de vice-presidente “decorativo”, nomeação polêmica de novo ministro chefe da casa civil, (i)legalidade na exposição de gravações telefônicas e tudo mais que o povo (que, recentemente, organiza-se em mídias sociais e vai às ruas manifestar o “irrealizado”) deseja e precisa saber.

Toma-se o adjetivo “trágico” em sua acepção corrente, que traduz uma espécie de história catastrófica, prejudicial a todas as partes, marcada por infortúnios. A evidência de uma *formação discursiva antigovernista* produz efeitos de verdade segundos os quais o Brasil passa por uma crise econômica, política, partidária e moral. A presidente do país é incitada a se retirar do cargo e, pejorativamente, a “tomar no cu”⁵, porque ela e seu partido político constituem uma “corja de ladrões”. A solução, assim, recairia na “volta às origens” (no que é bom, justo e certo) com o governo ditatorial - conforme clamam as vozes mais exaltadas - ou com a continuação da democracia, desde que haja impeachment (como de fato ocorreu).

⁴ Cumpre informar que o uso da flexão de gênero do substantivo por si já marca posição ideológica, visto que a FD governista adota o termo “presidenta” ao passo que a assim denominada FD antigovernista prefere o substantivo “presidente”. Ainda que haja argumentos de natureza gramatical que respaldam ambos os usos, há que se reconhecer que nenhum dos “lados” está com a verdade manifesta, senão como exercício do discurso.

⁵ No dia seis de junho de 2014, em um jogo da Copa do Mundo de futebol, a presidente do Brasil Dilma Rousseff, atualmente no exercício de seu segundo mandato (2011-2014/2015-2019), foi hostilizada com vaias e xingamentos. Em coro, a plateia gritou: “Ei, Dilma, vai tomar no cu”. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=xAtPR1rCA6I>>. Acesso In: 08, jul. 2015.

O adjetivo “trágico”, por outro lado, se circunscrito ao campo de saberes sobre a arte, é um conceito teórico que classifica uma das modalidades do teatro clássico grego. Grosso modo, é uma história que, como tal, não é “verdadeira”, pois não aconteceu “na realidade”. Desse modo, a evidência de sentido de uma *formação discursiva governista* produz efeitos de verdade segundo os quais o país é vítima de uma imprensa vil, orientada por condutas antiéticas de manipulação da opinião pública: os índices de desemprego, o aumento da inflação, os cortes de investimento em diversos setores do governo não ocorrem em função de uma crise, mas da “invenção” da crise gestada por “golpistas”.

Nesse contexto de acirramento das perspectivas ideológicas, em decorrência de determinação judicial da vigésima quarta fase da série de investigações da “Operação Lava-Jato”, o ex-presidente da república Luís Inácio “Lula” da Silva cumpriu medida de “condução coercitiva”⁶ para prestar depoimentos ao Ministério Público Federal. O objetivo do estudo é analisar a repercussão do “acontecimento discursivo”, tomando por base a relação da tessitura linguística e imagética dos enunciados e de suas condições de produção, (doravante, CP).

Para tanto, há, em um primeiro momento, uma discussão teórica sobre o estatuto do discurso em Pêcheux (HERBERT, 2012), a fim de respaldar a análise dos efeitos de evidência que sustentam as duas formações discursivas (a *governista* e a *antigovernista*), na capa de revista Carta Capital – edição 893 (03/2016), e na capa da revista IstoÉ – edição 2415 (03/2016). Em um segundo momento, analisam-se os processos de deslizamentos, opacidades e deformações (no jogo da verdade contingente das duas formações discursivas) do enunciado proferido em coletiva de imprensa pelo ex-presidente Lula em resposta à condução coercitiva: “Se quiseram (sic) matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. E a jararaca tá viva, como sempre estive” que se tornou o mote para a capa da revista Veja, edição 2469 (03/2016). É o *Ágon* (o conflito) da tragédia ou, nos termos de Courtine (2003), é o espetáculo da política.

⁶ Segundo artigo da plataforma de organização do conhecimento jurídico brasileiro “JusBrasil”, “A condução coercitiva é figura do direito processual penal. Conforme Ivahy Badaró (2016), consiste em ‘ato contra o faltante a ato processual que tinha o dever de comparecer’. Assim, determina-se a condução coercitiva de quem deve comparecer a ato processual e não o faz. Encontra-se disciplinada em vários dispositivos do Código de Processo Penal.” (SILVA; TEMPORIN, 2016 [s.p.]).

2 DISCURSO E MÍDIA: O MITO DO CAOS

Antes de empreender as análises, faz-se necessário conceituar aspectos basilares da análise do discurso de orientação francesa (doravante, AD) – o viés teórico-metodológico que orienta o estudo. Em um trabalho publicado em 1966, na revista *Cahiers pour l'analyse*, Michel Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert (2012), teceu críticas severas às ciências sociais (em especial, à Psicologia Social), considerando-as inócuas. De maneira similar às *práticas técnicas*, que atendem às demandas sociais com novos produtos e serviços, as ciências sociais (tidas como “pré-científicas”) também recebem comandas (realidades adversas que necessitam sofrer transformações), contudo, como resposta, restringem-se a repetir o real, mantendo intacta a peça social. A falha, para Herbert (2012), é assumir a posição de que a comanda social tem como fim o sujeito, desconsiderando, assim, todo o complexo das relações sociais que o mantém. Por essa lógica, por exemplo, um indivíduo “X” é tão pobre quanto ele “merece ser”, já que a força das “condições materiais de existência” é desconsiderada. O aspecto sobre o qual é possível intervir concretamente e, dessa forma, produzir um conhecimento científico válido (capaz de dismantelar certas ideologias e por em xeque a comanda social) é o discurso:

Se acrescentarmos, por outro lado, que o instrumento de transformação da prática política é o *discurso*, como sistema articulado que remete à prática social complexa – seja ela sob a forma de Mito ou de sistema – compreende-se finalmente que a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (demanda é também comanda, no duplo sentido que entendemos daqui por diante), por meio de um discurso. Dizendo isto, não pretendemos que a política se reduza ao discurso; mas que toda decisão, toda “medida” no sentido político adquira seu lugar na prática política *como* uma frase em um discurso. (HERBERT, 2012, p.35).

Essas inclinações foram influenciadas pela perspectiva materialista, tal como foi formulada por Louis Althusser (1996), no que tange à teoria dos aparelhos ideológicos de estado. De acordo com Althusser (1996), para o sistema promover a manutenção do *status quo*, ele precisa renovar tanto as forças produtivas (os trabalhadores) como também (e mais importante) precisa renovar as relações de produção existentes. O último ponto seria algo referente à submissão às “regras da

ordem estabelecida” ou, ainda, à submissão à ideologia burguesa vigente⁷. Isso se dá, sob a ótica da proposta marxista-leninista, por meio da força do *aparelho de estado* na execução e intervenção repressora a serviço das classes dominantes. Althusser (1996) aprofunda os postulados de Karl Marx ao afirmar que a reprodução das relações de produção (especificamente sobre como se configura o contingente de trabalho, que favorece o público burguês capitalista) efetua-se através da diversidade de aparelhos ideológicos de estado. Há duas teses que respaldam a assertiva (PÊCHEUX, 2009).

A primeira tese é a de que *a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*, ao passo que a segunda preconiza que *a ideologia tem uma existência material*. Examinadas atentamente, as duas teses tratam o mesmo ponto: ideias como sistemas de representações que mediam a relação do homem com o mundo social não são entidades neutras, pois estão inseridas em práticas e rituais que atendem a determinados posicionamentos.

Althusser (1996) compreende – e isso é fundamental para o entendimento da teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux – que o sujeito age na medida em que “é agido” pelo sistema. Nesse sentido, *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*, já que não há como alguém estar fora da estrutura (ou como chama Pêcheux, do “todo complexo com dominante”) que o mantém e, em última instância, que o determina. Pêcheux se apropria de tais pressupostos e os utiliza na constituição de uma teoria do discurso suficientemente capaz de explicar os mecanismos ideológicos de reprodução – no interior de uma dada posição ideológica – de enunciados centrais, emitidos por sujeitos que acreditam ser a origem de seus próprios dizeres tal é o mascaramento (ou assujeitamento) da ideologia.

Nesse ponto, Michel Pêcheux (2009) busca na psicanálise e, principalmente na *teoria do inconsciente*, a terceira base do tripé (materialismo, linguística e psicanálise) para constituir a Análise do Discurso. O sujeito althusseriano é plenamente condicionado por papéis sociais pré-definidos, no contexto dos aparelhos ideológicos do estado, cuja função a manutenção das relações de

⁷ Segundo Althusser (1996), ideologia é um termo inventado por Cabanis, Destutt de Tracy e outros que designa uma “teoria (genérica) das ideias”. Marx, em “Ideologia Alemã” considera que ideologia são sistemas de ideias e representações que dominam a mente de um homem ou de um grupo social.

produção e, assim, do *status quo* (conforme a crítica à ideologia burguesa). Essa é a primeira concepção de subjetividade esboçada na AAD-69 (análise automática do discurso). Já para Lacan o sujeito é assujeitado ao inconsciente no sentido de que ele não sabe o que é (não tem controle sobre esse aspecto) e, portanto, precisa do simbólico que o define. O inconsciente é uma linguagem, que funciona a partir de uma cadeia de significantes. Quando usa a língua, o sujeito se revela pelos lapsos e pelos atos falhos. O sujeito lacaniano não é “pré-dado” como o de Althusser, mas vai se descobrindo conforme entra na ordem do simbólico.

No cruzamento da língua, da ideologia, do inconsciente e da história, concebe-se, no quadro teórico da AD, um *sujeito descentrado*. A sujeição é dupla: se opera tanto pelo inconsciente (Lacan e o *sujeito clivado*), no qual o indivíduo é chamado à existência no “teatro da consciência”, como também se opera pela ideologia (Althusser e a teoria dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*), fundamentada no movimento das posições sociais, mediada por relações assimétricas de poder e dominação. Assim, para que o sujeito se constitua como tal, é preciso que ele “se esqueça”⁸ desse “assujeitamento” duplo e se reconheça como fonte daquilo que enuncia. Seria algo como “saiu da minha boca, por isso fui *Eu* quem disse”, quando, em realidade, os discursos derivam da formação discursiva (doravante, FD) a que os sujeitos se inserem por processos de identificação e contra-identificação.

Pêcheux (2009) esboça duas teses sobre a questão da subjetividade: 1) *o sentido de uma palavra não existe “em si”, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico discursivo*; e, 2) *toda formação discursiva dissimula, pela transparência que se constitui nela, a dependência ao todo complexo dominante das formações ideológicas*. Desse modo, parafraseando Pêcheux (2009), o funcionamento da ideologia como interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos se dá através do complexo das formações ideológicas e discursivas (especialmente do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua realidade, ou ainda, a “ilusão de evidência de realidade”, como sistema de significações percebidas e vivenciadas. Em outras palavras, a ideologia fornece uma evidência do mundo, o que “todo mundo sabe” e o

⁸ Segundo Orlandi (2012), os sujeitos se “esquecem” que “seu” enunciado já foi dito – este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, constituírem-se em sujeitos. É assim que as palavras adquirem sentido, é assim que os sujeitos (se) significam.

efeito ilusório da transparência da linguagem. Dá-se o nome de “formação discursiva” a esse espaço do dizível, do que se pode e do que se deve dizer, onde o “real” é aceito como X e nunca como não-X.

Dois enunciados dos *corpora* exemplificam a concepção “inessencial” (em que não há um cerne no qual está contida a verdade) das práticas de linguagem que provocam efeitos de sentido de acordo com a filiação das FDs e às condições de produção. O primeiro provém da revista IstoÉ, edição 2415 (03/2016). Sob um fundo preto, há retratos diminutos de Lula (à direita) e de Dilma (pouco menor, à esquerda) em tons de cinza (o que dá ênfase às rugas), com expressão nitidamente derrotada. De colorido, há um nariz de palhaço, que preenche o espaço negativo do “O” do nome da revista, e o dizer (em fonte grande e letras maiúsculas) “Basta!”, ambos em vermelhos. Os trechos de grampos telefônicos, liberados à imprensa pelo juiz Sérgio Moro⁹, em fonte menor, atuam como provas, que justificariam a necessidade da injunção. Uma possibilidade de leitura indica, ainda, que os recortes do arquivo de gravações que contém as expressões “fodido” e “tomado no cu” projetam a imagem de pessoas mal-educadas, rudes (inadequadas a cargos de poder) e de escolaridade defasada, retomando memórias da imagem de Lula, o “torneiro-mecânico analfabeto”.¹⁰

⁹ O juiz Sérgio Moro tornou públicas as gravações do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva quando de sua nomeação para o cargo de ministro-chefe da casa civil (considerada uma manobra política para que Lula fosse investigado em outra instância, que lhe seria favorável). Posteriormente, o juiz se desculpou pelo ocorrido. Ver: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/juiz-sergio-moro-explica-por-que-tornou-publicas-gravacoes-de-lula.html> >. Acesso em 20 mar. 2016. e < <http://www.cartacapital.com.br/politica/grampos-lula-dilma-e-moro-entenda-o-novo-caos-politico> >. Acesso em 20 maio 2016.

¹⁰ Sobre as memórias “Sapo Barbudo” e “Lulinha paz e amor”, ver Santos e Romualdo (2012). Sobre a movimentação discursiva da ascensão do PT ao poder materializada no enunciado “Lula lá”, ver Indursky (2003).

Figuras 1 e 2: Capas de revista.



FONTE: sites Istoé e Carta Capital. Disponível: < <http://www.istoe.com.br/revista/edicoes-antiores/>>. Acesso em 20 mar. 2016 e < <http://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em 20 mar. 2016.

Basta de quem ou de quê? À luz das CPs, formula-se o seguinte sistema de deslizamento de sentidos: basta de Lula e de Dilma; basta do governo do PT (do qual eles são os representantes); basta da corrupção promovida pelo governo do PT; basta de um governo que faz seu povo de palhaço (aquele de quem se pode caçoar, humilhar). É óbvio e evidente, portanto, que a presidente em exercício devesse ter sofrido o impeachment – processo judicial que, sob a FD antigovernista, não é “golpe de estado”, mas condição para que o país volte a crescer e a prosperar.

A cor vermelha produz efeitos de sentido outros no título da revista Carta Capital, edição 893 (03/2016), na medida em que retoma o imaginário de socialismo e de seu símbolo canônico (a bandeira de mesma cor, em que se entrecruzam um martelo e uma foice). A cobertura heterogênea desses processos de sentido deflagra uma incompatibilidade entre duas FDs: enquanto no primeiro caso, o brasileiro, cansado de ser enganado, diz “Basta!”, aqui, o povo é vítima de agentes promotores do caos que, ao soprarem seu hálito infernal, tornam o país num cenário “dantesco” (dada a composição dos elementos visuais da capa). Esses discursos, os quais não ocorrem no vazio, mas na concretude de materiais semióticos, não partem de sujeitos individuais (os redatores e os produtores das revistas em questão), mas emergem de uma rede anterior que os assujeitam e que produz neles efeitos de verdade, cuja repercussão, quando chegam ao grande público, como sugere a

metáfora althusseriana da “feira de ideologias,” interpela os indivíduos, chamando-os à “razão”.

Segundo Gregolin (2003), é próprio da mídia “espetacularizar” os objetos culturais com imagens voláteis junto à percepção. Desse modo, parafraseando a autora, os meios de comunicação constroem discursivamente os acontecimentos e isso é um fato discursivo. Fato do discurso, porque, mediadora entre leitores e realidade, a mídia alimenta o “imaginário social,” construindo comunidades de sentido que alteram, por exemplo, a percepção de identidades por meio de “imagens simbólicas”, isto é, por meio do uso social de representações e ideias.

Nesse sentido, esboça-se a leitura de que a palavra “caos” produz o efeito de evidência segundo o qual a crise foi inventada, forjada pelos opositores do governo. Em tais redes de sentido, a “imagem simbólica” remete a uma memória grega de confusão que, como força geradora do universo, contrário ao poder de *Eros* (o amor), promove o “corte”, a “rachadura” e a “cisão”: dos pedaços do caos é que surgiram *Nix* (a noite) e *Érebo* (a escuridão). Ao retomar essas imagens e trazê-las para o campo político, ocorre uma série de deslocamentos, dentre os quais o estabelecimento de um lado “certo” e um lado “errado”. A mesma lógica vale para a construção do discurso de indignação da outra revista.

A mídia, enquanto mediadora dos leitores e da “realidade”, para Gregolin (2003), é uma “vendedora de ilusões”, em função de duas características: a primeira é que a história sempre é representada como construção do presente, sem que haja passado; a outra característica refere-se ao sentido de “ao vivo”, segundo a qual a história ocorreria por si mesma, sem determinação ideológica. Por meio desses dois processos, cria-se a ilusão de unidade, de veracidade e de antecipação - trata-se, afinal, de uma “edição histórica” num caso e de uma “edição especial” em outro.

A conclusão inicial é que há duas formações discursivas em choque, cujos discursos se materializam nas capas de revista, inscritas sob as mesmas condições de produção (o tumultuado segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (terceiro do PT, que posteriormente fora interrompido). Os efeitos de evidência (o óbvio, que não é óbvio) fornecem, no interior de cada FD, a “verdade”: Lula, Dilma e o PT são os responsáveis pela maior crise da história do país e, do outro lado do embate, a crise

só existe porque inimigos políticos perversos a conceberam – tal a força do poder fundador da linguagem, o “sopro infernal” que mergulha o país no caos.

Na sequência, serão tratadas algumas questões relativas ao discurso político e ao enunciado de Lula em que ele se compara a uma jararaca.

3 DISCURSO E POLÍTICA: O MITO DE PERSEU E DE MEDUSA

A materialidade do discurso, de acordo com Pêcheux, faz-se no confronto do linguístico com o histórico. A história deve ser tratada pelo analista sob o viés da interpretação, ou seja, o “real da história” é uma interpretação possível dos “fatos” ocorridos em determinado momento. Segundo essa perspectiva, as relações lógicas de um mundo “semanticamente estabilizado” são “ilusões” percebidas como séries de evidências lógicas e naturais¹¹:

Essa cobertura lógica de regiões heterogêneas do real é um fenômeno bem mais maciço e sistemático para que possamos aí ver uma simples impostura construída em sua totalidade por algum Príncipe mistificador: tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo, e talvez, sobretudo, aqueles que se acreditam “não-simplórios”: como se esta adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro. (PÊCHEUX, 2008, p.32).

Essa reflexão conduz à questão: o que torna um determinado “fato” um “acontecimento” diferente dos tantos outros pequenos fatos que não constituem história (em um sentido estrito)? Para Gregolin (2011), a permanência de um acontecimento, bem como sua inscrição na história, depende de agenciamentos e de instituições técnicas. Os acontecimentos discursivos são aqueles que irrompem, “deixam o zona da insignificância” nos termos de Davallon (2011), e, devido a sua

¹¹ Pêcheux (2008) discorre sobre três conjuntos de evidências “lógico-práticas” percebidas como óbvias: a) um mesmo objeto não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, b) um mesmo objeto não pode ter, ao mesmo tempo, propriedade-P e não-P e c) um mesmo acontecimento não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer.

“força”, passam a constituir uma memória social - em nossa época, “inteiramente e naturalmente presente nos arquivos da mídia” (DAVALLON, 2011, p. 23).

Não é possível ignorar a “força” que as imagens de um ex-presidente sendo conduzido pela polícia para prestar depoimentos sobre supostos esquemas de corrupção exercem na produção discursiva. É um “marco” sobre o qual reside um vazio enunciativo: a sociedade brasileira precisa de explicações, precisa conhecer a “verdade por trás dos fatos”. A mídia cumpre esse papel:

QUADRO 1: Autoral.

DATA	FONTE	TÍTULO E SUBTÍTULO DA MATÉRIA
05/03/2016	G1	MPF diz que polêmica de condução coercitiva de Lula é 'cortina de fumaça' Procuradores criticaram 'falsa controvérsia' sobre a medida da investigação . Ex-presidente disse que ação foi arbitrária; ministro do STF também foi contra.
08/03/2016	Revista Época	A condução coercitiva de Lula foi legal? A decisão do juiz Sérgio Moro de obrigar o ex-presidente a depor antes de ser réu em processo da Operação Lava Jato divide especialistas em direito.
05/03/2016	Jornal Nacional	Condução coercitiva de Lula provoca polêmica nos meios jurídicos Moro diz que operação não significa antecipação de culpa. Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, foi um dos que discordaram da condução coercitiva.
04/03/2016	Revista Carta Capital	“Condução coercitiva de Lula é ação deslavadamente política” O jurista critica o uso de prisões cautelares para forçar delações, o vazamento de depoimentos sigilosos e outras “ilegalidades” da Lava Jato.

FONTES: Constam das referências.

O “real da história”, profundamente opaco, ganha contornos de certeza quando noticiado pela imprensa, ainda que se esteja tratando de uma questão reconhecidamente não consensual. Enquanto o portal G1 (do conglomerado Rede Globo) dá voz ao Ministério Público Federal, que questiona a “falsa controvérsia” da condução coercitiva, a Carta Capital assume que este foi uma “ação deslavadamente

política” (pressupondo neutralidade da justiça). A Revista *Época*, por sua vez, centraliza a questão com um enunciado interrogativo, ao passo que o site do Jornal Nacional (também pertencente à Globo), apesar de reconhecer a polêmica, focaliza as explicações do juiz Moro no subtítulo. Os processos são sutis: o assujeitamento às FDs se camufla na língua pelo uso das aspas e pelo uso do discurso indireto (são especialistas no assunto que assumem o peso das declarações), pois há que se manter a “aura” de imparcialidade.

Uma foto do episódio circulou pela mídia nacional¹² e pelos principais sites de relacionamento do país. Como “operadora de uma memória social”, as imagens possuem dada eficiência simbólica (DAVALLON, 2011), assim, os gestos de leitura e de atribuição de sentidos foram polarizados: é um homem do povo de olhar triste e expressão abatida sendo coagido por um juiz de interesses escusos mancomunado com o partido de oposição (o PSDB) e, paradoxalmente, é um político corrupto que finalmente a justiça conseguiu dar cabo, cuja expressão revela frustração e medo. Os influxos da história revelarão os apagamentos e as evidências de uma versão atual de Cleméntis no cenário político brasileiro (COURTINE, 1990).

Figura 3: Fotografia de Lula.



FONTE: Agência “O Globo”, fotógrafo Marcos Bizzotto. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/professor-de-processo-penal-diz-que-houve-ilegalidade-em-acao-contra-lula.html>>. Acesso em 20 mar. 2016.

¹² Essa imagem foi utilizada na capa da revista *Veja*, edição 2468 (03/2016).

O ex-presidente Lula, imediatamente após a prestação de depoimentos no aeroporto de Congonhas, zona sul de São Paulo, seguiu para a sede nacional do PT, no centro da capital paulista, onde discursou a uma coletiva de imprensa. Seria arriscado deixar espaços vagos para interpretação, já que o silêncio, no “espetáculo político”, significa a pressuposição da culpa. Na entrevista pública de pouco mais de meia hora, divulgada pela internet em vários canais da plataforma *YouTube*, Lula rebateu denúncias sobre ele e sobre o governo Dilma, acusando a mídia, em especial a rede Globo, de tramar um golpe de estado e o poder judiciário de se prestar a atuação lamentável na “criação de crimes”. É “show de pirotecnia” de um país que está sendo vítima de um “espetáculo midiático” sobre o qual reside um preconceito social: “Todo mundo pode, menos essa merda desse metalúrgico que um dia resolveu desafiar o sistema”. Conforme propõe Piovezani (2009), todo discurso político é um “mito”, considerando que, na sua busca por legitimidade, ele pressupõe um conjunto de crenças que lhe dá sustentação. Assim,

No discurso político, a simulação de um saber e de um poder visa a um fazer-creer e a um fazer-fazer, uma vez que ultrapassando o nível da convicção, deseja-se atingir o nível da ação. Por essa razão, o que Barthes (...) considerava ser uma propriedade da fala, cremos, hoje, que se trata, antes, de um de seus efeitos ou uma de suas crenças constitutivas. (PIOVEZANI, 2009, p.131-132).

Do repertório de ilusões necessárias que constitui o “mito político”, Piovezani (2009) cita Le Bart, para quem a trama da construção da legitimidade pode ser enunciada da seguinte forma: 1) a realidade social é transparente; 2) a autoridade política é legítima; 3) ela conduz os fenômenos sociais e 4) a soma dos cidadãos constitui uma comunidade. O avesso do discurso político, com efeito, seria a revelação da complexidade do mundo e a confissão da impotência pública.

Lula projetou para si, nessa fala pública, a imagem de homem humilde, que “merece um pouco mais de respeito”, dada as contribuições que fez ao país em conjunto de seus “companheiros” (dos quais cita vários nomes ao logo da entrevista). Em suma: “essas coisas que aconteceram no Brasil podem ter incomodado muita gente”, em referência ao acesso aos bens de consumo por parte da população pobre do país. Uma vez explicado o porquê da perseguição política, o ex-presidente é ovacionado pela plateia.

A eloquência de Lula (que não tomada aqui como uma pessoa física, individual, mas como suporte de projeção de imagem sacralizada da assim denominada FD governista) mescla dois aspectos estudados por Courtine (2003): se, por um lado apresenta gesticulação excessiva e expressionismo teatral (é como se Lula se dirigisse a todos na comitiva, alternado a lateralidade do corpo e do olhar), é também a imobilidade do corpo (ele esteve sentado durante toda a fala) focalizada pela câmera em primeiro plano que garante o estatuto de verdade: a de indignação de uma pessoa que tanto fez por nós (é a imagem que discursivamente se constrói), o povo (que até já passou fome, como salienta), e que pede agora compreensão.

Ao final de seu fala, Lula enuncia:

É preciso recomeçar (...) o que aconteceu hoje, embora tenha me ofendido, embora tenha magoado, sabe, a minha história, embora eu tenha me sentido ofendido, porque não precisava disso. Eu me senti ultrajado, apesar do tratamento cortês dos delegados da política federal. Eu queria dizer: se quiseram (sic) matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. E a jararaca 'tá viva, como sempre esteve (inaudível - aplausos). (Transcrição do áudio. Disponível em vídeo em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Chd9nzRZXu4>>. Acesso em 20 mar. 2016).

Os delegados, que fazem parte do povo, estavam apenas "cumprindo ordens" e o ex-presidente é um herói (faz-crer, faz-fazer), vítima de repreensão de suas benfeitorias. "Jararaca", segundo a FD governista, remete a coragem que o recomeço exige, evoca a memória segundo a qual o brasileiro é um povo que nunca desiste e que, à despeito das dificuldades, irá prosperar: eles (os golpistas pérfidos) erraram o alvo, acertaram o rabo – fizeram "sangrar", machucaram, mas a cabeça (de onde saem as boas ideias) permanece. A Revista Veja, na semana seguinte ao ocorrido, ilustrou a capa com os dizeres de Lula, ressignificando-os:

Figura 4: Capa da revista Veja.



FONTE: Sito Acervo Virtual Editora Abril. Disponível: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 20 mar. 2016.

O recorte do enunciado, segundo o qual Lula considera a si mesmo uma jararaca deforma os efeitos de sentido “originais”, cujo deslize funda outros sistemas para a compreensão do “real” heterogêneo (como se pudesse contar com um “príncipe mistificado” que tudo une) de que Pêcheux tratou. De herói do povo, o ex-presidente se transmuta em monstro grego desesperado, que ataca para se proteger, qual fera acuada (pelo pedido da prisão preventiva). É uma criatura hedionda que torna pedra (objeto imóvel, não pensante) quem cruza com seu olhar. A Górgona (ou Medusa), a impetuosa, contudo, foi destruída por um herói chamado Perseu que, para decapitá-la, usou do reflexo de seu escudo. Dessa narrativa fica a lição (que é a materialização do efeito de prenúncio): a cobra jararaca (ou o cabedal de cobras, a “corja” que o acompanha) será destruída pela espada. Ou pelo pau.

4 MITOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil está em crise. Essa “crise” é econômica, política, partidária e, até mesmo, conforme pregam algumas vozes, moral. A cada pouco a imprensa noticia decisões das instâncias superiores de executivo e do judiciário sobre o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, conduzido, na câmara dos deputados, pelo então presidente (hoje cassado) Eduardo Cunha que, à época estava sob suspeita de corrupção. Pouco a pouco, a operação Lava a Jato descobre esquemas ilegais de toda ordem, relacionados, prioritariamente, a uma das maiores empresas do Brasil, a Petrobrás.

Os brasileiros, como um fenômeno social relativamente recente, organizaram-se em mídias sociais e promovem manifestações em defesa e em ataque ao então governo que, por sua vez, perdeu a base aliada do PMDB. Grande parte dos cargos fora abandonada, uma exceção foi o de vice-presidente da República, que também era presidente do PMDB, o qual, como próximo na linha sucessória, assumiu a presidência. Sob tais condições de produção, pululam embates que, cada vez mais, radicalizam-se, tais como ilustram os dois comentários postados abaixo do depoimento do ex-presidente Lula, no site de compartilhamento *YouTube*:

Figuras 5 e 6: Comentário da entrevista coletiva.

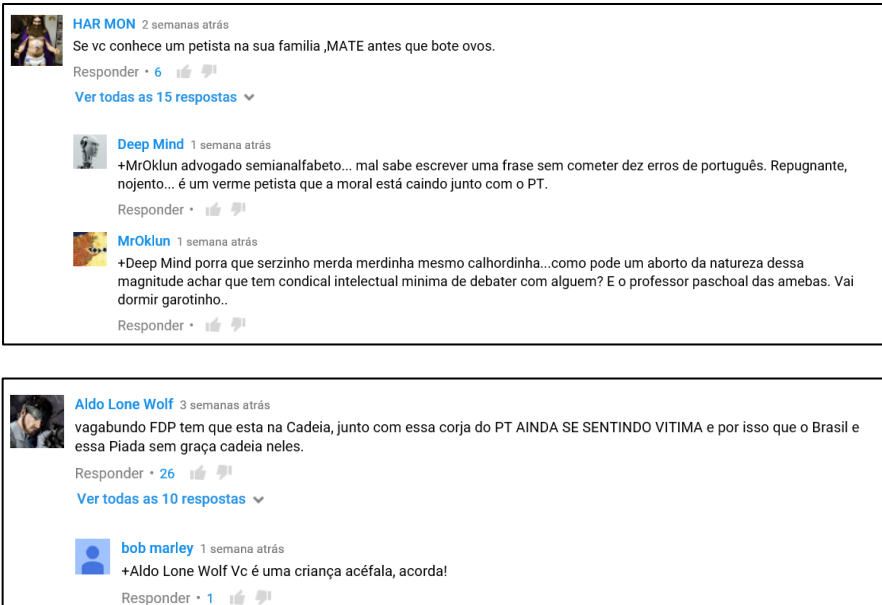


Figura 5: Comentário de HAR MON (2 semanas atrás): "Se vc conhece um petista na sua família ,MATE antes que bote ovos." Responder • 6. Ver todas as 15 respostas.

Figura 6: Comentário de Aldo Lone Wolf (3 semanas atrás): "vagabundo FDP tem que esta na Cadeia, junto com essa corja do PT AINDA SE SENTINDO VITIMA e por isso que o Brasil e essa Piada sem graça cadeia neles." Responder • 26. Ver todas as 10 respostas.

Figura 7: Resposta de bob marley (1 semana atrás) ao comentário de Aldo Lone Wolf: "+Aldo Lone Wolf Vc é uma criança acéfala, acorda!" Responder • 1.

FONTE: Plataforma de vídeos *YouTube*. Disponível: <
<https://www.youtube.com/watch?v=Chd9nzRZXu4>>. Acesso em 20 mar. 2016.

No processo de discursivização da política, a mídia se coloca como anteparo entre leitores e a realidade, criando representação/deformações de sentidos que, dependendo da vinculação às FDs (pró ou contra o governo) “desopacizam” a história, na medida em que imprimem certezas ao que é, em si, incerto, arredo e movediço. Esse processo tudo reduz ao maniqueísmo e, em última instância, ao ódio (“se conhece, mate”). O estudo teve por objetivo tentar apreender, na fissura e dispersão de dizeres e imagens, um episódio (a condução coercitiva do ex-presidente Lula), desse espetáculo, cujo desfecho culminou com o processo de impeachment. Trata-se do irrealizado pêcheuxtiano, que quebra rituais; trata-se de uma mitologia político-midiática de monstros e de heróis.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado – notas para uma investigação. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRO, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1990. (p.15-22).
- _____. A política como espetáculo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. (p.9-17).
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória. In: ARCHAND, Pierre (Org.). **Papel da memória**. Trad. e introdução NUNES, Jose Horta. Campinas: Pontes, 2011. (p. 23-32)
- GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. (p.9-17).
- _____. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Paulo: Claraluz, 2011.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. de Maria Vieira da Silva e Laura A. Perella Parisi. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon** (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 101-121, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (19): jul/dez., 1990. (p.7-24).

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editora, 2008.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz:** dispositivos da fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SANTOS, Elaine de Moraes; ROMUALDO, Edson Carlos. "O sapo barbudo" e o "Lulinha paz e amor": as identidades de Lula construídas pela mídia na campanha de 2002. In: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas.** Maringá: EDUEM, 2012.

SILVA, Cleber Máximo da; TEMPORIM, Isabela Esteves. **A condução coercitiva e a Lava Jato.** Disponível em: < http://cleberuk.jusbrasil.com.br/artigos/316203836/a-conducao-coercitiva-e-a-lava-jato?ref=topic_feed >. Acesso em 30 abr. 2016.

TABELA

G1: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/mpf-diz-que-polemica-de-conducao-coercitiva-de-lula-e-cortina-de-fumaca.html>. Acesso em 20 mar. 2016.

REVISTA ÉPOCA: < <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/03/conducao-coercitiva-de-lula-foi-legal.html> >. Acesso em 20 mar. 2016.

JORNAL NACIONAL: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/conducao-coercitiva-de-lula-provoca-polemica-nos-meios-juridicos.html> >. Acesso em 20 mar. 2016.

CARTA CAPITAL: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/2016conducao-coercitiva-de-lula-e-acao-deslavadamente-politica2016d> >. Acesso em 20 mar. 2016.